



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Martins Hora, Dayse; Ramos Gonçalves, Rosilene; da Costa, Warley  
A construção de uma proposta para o estágio supervisionado na modalidade a distância  
EccoS Revista Científica, vol. 10, núm. 1, janeiro-junho, 2008, pp. 125-142  
Universidade Nove de Julho  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71510107>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Dayse Martins Hora\*

Rosilene Ramos Gonçalves\*\*

Warley da Costa\*\*\*

\*Doutora em Educação – PUC-SP; Professora em História da Disciplina Escolar – Unirio. Rio de Janeiro – RJ [Brasil] [daysehora@yahoo.com.br](mailto:daysehora@yahoo.com.br)

\*\*Rio de Janeiro – RJ [BRA-SIL] [rosigoncalves@unirio.br](mailto:rosigoncalves@unirio.br)

\*\*\*Rio de Janeiro – RJ [Brasil] [warleydacosta@yahoo.com.br](mailto:warleydacosta@yahoo.com.br)

Equipe da Coordenação do  
Estágio Supervisionado I

A  
R  
T  
I  
G  
O  
S

Este trabalho pretende refletir sobre a implantação do estágio curricular em um curso inovador que enfrenta o desafio de oferecer a educação superior pública na modalidade a distância. A educação a distância (EAD) vem crescendo no mundo, mas no Brasil, apesar do seu percurso histórico já ser significativo, está em processo de consolidação em um campo específico de conhecimento. Nesse contexto, uma questão ganha relevo: o Estágio Supervisionado, uma via presencial na educação a distância, torna-se o ponto nevrálgico desse processo. Como implantá-lo? Como garantir sua efetivação? Este estudo se concentrará nesse quadro de questões, tendo como base a experiência que trilhamos como coordenadora e tutoras presenciais de Estágio Supervisionado. Acreditamos que este trabalho colabore com o aprimoramento do curso, estimule maior reflexão sobre o tema e contribua para repensarmos o papel da EAD na educação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação a distância. Estágio na modalidade a distância. Estágio Supervisionado.

<sup>1</sup> A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio de Janeiro iniciou em 1999 um trabalho com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior, utilizando a EAD, por meio de um consórcio entre as universidades públicas sediadas no Estado.

## 1 Introdução

Este trabalho pretende refletir sobre a implantação do estágio curricular obrigatório no curso de Pedagogia para a formação de professores do primeiro ciclo da educação básica para os anos iniciais do Ensino Fundamental realizado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Esse curso, criado em 2004, teve seu projeto pedagógico desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e foi proposto à Fundação Centro Universitário de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ)<sup>1</sup>. Trata-se de um curso inovador que enfrenta o desafio de oferecer educação superior pública, gratuita e de qualidade, na modalidade a distância. Do conjunto de inovações e desafios a serem enfrentados, buscamos, neste texto, analisar de que forma o estágio supervisionado foi implantado e como, no decorrer deste processo, foi-se modificando a partir das discussões e das diferentes percepções sobre a educação a distância (EAD) dos diversos sujeitos envolvidos – coordenação do estágio, tutores a distância, tutores presenciais e a comunidade escolar na qual os alunos estagiários estão inseridos.

A EAD, que vem crescendo no mundo, tornou-se fenômeno reconhecido como alternativa de ampliação do ensino, tanto que, nos últimos vinte anos, as melhores e mais caras universidades começaram a montar seus *campi* virtuais e a oferecer EAD, via internet.

Como explica Azevedo (2006, p. 1),

Durante muito tempo Educação a Distância foi considerada, para usar as palavras do filósofo francês Pierre Levy, uma espécie de “estepe” do ensino, utilizada principalmente quando outras modalidades de educação falhavam. Se o sistema educacional convencional falhava em proporcionar escolaridade mínima a uma parcela significativa da população, então a Educação a Distância era cha-

mada para suprir esta lacuna. Com isto a sociedade se acostumou a olhar para a EaD como uma educação “de segunda categoria”, a ser utilizada especialmente por aqueles que não tiveram oportunidade de uma educação “melhor” [...]

Entretanto, com as demandas crescentes por escolarização ou atualização de conhecimentos, aliadas às dificuldades de acesso de determinados grupos sociais e, ainda, associando-se a possibilidade de utilização de novas tecnologias, observamos a tendência, também crescente, para a mudança nas relações com a modalidade a distância. O avanço tecnológico, somado à socialização e democratização de acesso a esses recursos por parte de uma parcela maior da população ampliou, ainda que teoricamente, a possibilidade de utilização das novas tecnologias na educação. Diante desses fatos, vimos o destaque que as políticas públicas de educação passaram a dar aos projetos de escolas e universidades virtuais. O caso mais significativo a que podemos recorrer como exemplo está na criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Trata-se do projeto criado pelo Ministério da Educação, em 2005, para articulação e integração experimental de um sistema nacional de educação superior.

O sistema será formado por instituições públicas de ensino superior, as quais levarão o ensino superior público de qualidade aos Municípios brasileiros que não têm oferta ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - MEC, 2007).

A expansão da EAD atingindo graduação e cursos de *lato sensu* nas universidades brasileiras, facilitada pela implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB)<sup>2</sup>, tem suscitado inúmeros debates a respeito da eficácia de tal empreendimento. A questão da qualidade desse tipo de curso nas condições

<sup>2</sup> Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

atuais das universidades brasileiras tem sido tema recorrente nesses debates. Haveria possibilidade de garantir a qualidade a partir de um curso de graduação totalmente a distância? De que forma se poderia operacionalizar um curso de graduação a distância? Que custos e recursos estariam disponíveis para o desenvolvimento desses cursos? Ao lado do debate teórico-metodológico, não se pode desconsiderar que a população toma conhecimento dessa possibilidade de acesso à educação pela mídia, que, nos últimos tempos, divulga amplamente essa modalidade. Nessa circunstância, a informação gera aumento de demanda que pressiona o poder público na busca de respostas às suas necessidades.

No centro dessa discussão, uma questão ganha relevo: o Estágio Supervisionado, uma via presencial na educação a distância, que, como tal é um dilema no processo. Como implementá-lo? Como garantir sua efetivação? As várias opiniões e modelos concebidos por diferentes cursos trouxeram à tona divergências que refletiam a própria concepção de EAD.

Este trabalho trata dessas questões, com base em nossa experiência como coordenadora e tutoras presenciais de Estágio Supervisionado I, no curso de Pedagogia da UniRio, e em torno das discussões de toda a equipe dos demais estágios. Durante o percurso de trabalho, debates e pesquisas sobre a implantação desse componente curricular se acentuaram com o objetivo de consolidar o estágio no momento em que a graduação a distância se iniciava na UniRio.

Abordaremos, inicialmente, os diferentes olhares sobre a educação a distância, na perspectiva dos atores envolvidos, analisando como as diferentes visões podem interferir na construção de um modelo para esse tipo específico de Estágio Supervisionado.

Na segunda parte, avaliamos as idas e vindas, os “prós” e “contras”, assim como as conquistas na implementação do Estágio Supervisionado.

Acreditamos que este trabalho, ao abordar ponto tão importante como o Estágio, seja uma rica contribuição para o aprimoramento do curso, de

uma maneira geral, pois falar de estágio, da prática docente, de seu efetivo funcionamento num curso a distância implica rever a própria concepção dessa modalidade de ensino. É interessante notar que, ao questionarmos as práticas a distância, temos excelente oportunidade de rever as práticas presenciais.

## 2 As visões de EAD e suas implicações para o Estágio Supervisionado

A rapidez com que se processam as informações na sociedade contemporânea pressupõe que cada vez mais pessoas participam de um processo de troca no qual podem interagir ativamente. Resultado das inovações tecnológicas de informação e comunicação promovidas pelas revoluções industriais, os recursos técnicos facilitaram diferentes ramos de atividades tanto econômicas quanto de comunicação. O rápido crescimento tecnológico segue no rastro do sistema capitalista: ora impulsionado por ele, ora impulsionando-o. Paradoxalmente, esse “progresso”, que deveria estar a serviço de toda a sociedade, ainda não é uma realidade. As populações menos favorecidas não têm acesso a essas inovações, resultado da desigual distribuição de renda no Brasil.

E é justamente na área da educação que as tecnologias têm-se revelado importante instrumento para a formação de parcelas da população que se vêem alijadas do processo educacional. Na medida em que o Estado passa a incorporar essa modalidade de educação nas universidades públicas, aumenta a possibilidade de participação das populações mais distantes dos centros urbanos.

Entretanto, a democratização da educação pelo acesso a tecnologias não soluciona as dificuldades dessas regiões. As mudanças econômicas, políticas e culturais não ocorrem no mesmo ritmo do avanço tecnológico. Apesar do *boom* da EAD nos últimos anos no Brasil, sua implementa-

<sup>3</sup> Há uma antiga polêmica entre ensino ou educação a distância que não faremos escopo neste estudo. Entretanto, aplicamos neste ponto a expressão “ensino a distância” por se referir historicamente às primeiras iniciativas que tinham por pressuposto uma relação de transmissão de conhecimentos por parte do professor.

ção está à mercê das políticas públicas e condicionada à própria percepção das pessoas sobre esse tipo de educação. Tal quadro é mais difícil ainda de modificar, pois as mentalidades requerem um prazo muito maior para adaptar-se às mudanças. Trata-se de alteração cultural, o que é muito mais lento e depende do estabelecimento de diversas formas de relacionamento entre a inovação e os atores com ela envolvidos, dificultado pelo fato desses indivíduos serem excluídos pelo poder econômico. Na prática, temos um avanço tecnológico; entretanto, paga-se um pedágio para entrar nas vias de comunicação informatizadas. O que pode não ser um obstáculo em países desenvolvidos, no Brasil, torna-se uma barreira quase intransponível, não pela ausência da tecnologia, mas pela total impossibilidade de os atores sociais menos favorecidos economicamente terem acesso à informatização, que exige um custo elevado para a realidade da população. As transformações da tecnologia se traduzem em mudanças nas relações de vida em sociedade, produzem novas relações entre os atores sociais, e desses, com o produto da tecnologia. Echeverría (1994) apresenta a rede de informações possíveis por meio da informatização na metáfora de uma cidade que ele chama de “Telépolis”, ainda em construção, mas que, embora tenha modificado significativamente a estrutura econômica e cultural do planeta, não se pode afirmar que havia mudado essa possibilidade para cidadãos brasileiros. O *Globo On-line* (2007) publicou recentemente que 38 % da população brasileira cozinha à lenha, segundo os dados de uma pesquisa do Sindicato das Distribuidoras de Gás de Cozinha, o que demonstra a desigualdade de acesso a bens de consumo e serviços da realidade brasileira. Em relação à inclusão digital, mesmo na cidade do Rio de Janeiro, sabe-se que grande parte dos alunos e professores do Ensino Fundamental não tem computadores em casa, e essa situação é pior no interior do Estado.

Apesar da divulgação de novos cursos a distância pela mídia, esses meios de comunicação não se comprometem a romper com o senso comum, reproduzindo idéias adversas de EAD como uma prática meramente reprodu-

tora de conhecimentos, o que ainda não foi totalmente superado<sup>3</sup>. O grande equívoco que se mantém reside, sem dúvida alguma, em confundi-la com ensino por correspondência, forma freqüentemente utilizada, cujos relatos remontam aos fins do século XVIII e que, certamente, foram marca profunda das primeiras práticas na tentativa de executar EAD (NUNES, 1992). Em contrapartida, temos hoje, no conjunto das práticas educativas, quer na modalidade a distância, quer na presencial, a referência às ações de educação em oposição às de ensino.

A estratégia de EAD, que se pretende alcançar, tem por objetivo atingir os critérios de sua qualidade. Cabe, então, ratificar que “[...] nunca é demais enfatizar que a Educação a Distância precisa ser realizada como educação e não como um simples processo de ensino e, muito menos, como uma tecnologia instrucional” (FAGUNDES, 1996, p. 20). Entretanto, a experiência acumulada no curso em tela não permite confirmar o que assevera Fagundes. Vemos que a visão de curso na modalidade EAD apenas como “transmissor de conhecimentos” ainda é bastante presente no dia-a-dia de nossos alunos<sup>4</sup>.

Elaborar propostas de EAD significa assumir que a questão educacional não é apenas pedagógica, mas também de cunho social e político (ARAUJO; HORA, 1998). Temos demandas sociais por interiorização do ensino superior gratuito; acesso a este nível de ensino por parte daqueles que não podem estudar nos horários estipulados pelo ensino presencial; formação continuada a distância de profissionais, entre outras. No entanto é preciso responder às demandas com qualidade, o que exige um debate maior entre educadores, alunos e sociedade. Alinhamos nossos argumentos aos de Neves (1998, p. 13), ao declarar que

Educar à distância não significa reduzir objetivos, pasteurizar conteúdos, simplificar conteúdos, simplificar currículos, diminuir tempo de estudo e reflexão. Educar à distância significa oferecer ao

A  
R  
T  
I  
G  
O  
S

<sup>4</sup> As afirmativas que fazemos se evidenciaram por meio das informações colhidas por nossos alunos em uma de suas atividades do estágio supervisionado, quando realizaram uma enquete sobre a percepção de EAD que tinham os profissionais, os pais ou responsáveis pelos alunos da escola onde estagiavam.

aluno referenciais teórico-práticos que levem à aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes que promovam o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Belloni (2001), com base em Peters, definiu EAD como uma forma industrializada de ensino, buscando explicar, num contexto socioeconômico mais amplo, as especificidades dessa modalidade, estabelecendo relações tanto com o ensino presencial quanto com o mercado de trabalho.

Entretanto, novos modelos que concebem a EAD, de uma forma mais dinâmica e democrática, têm sido adotados atualmente em várias universidades. Eles exigem maior interação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, possibilitando ao aluno cada vez mais autonomia. Essa proposta de proximidade só pode ser efetivada com o auxílio dos recursos de multimídia e por intermédio de materiais didáticos condizentes com a nova realidade.

Esse movimento de mudança de um paradigma para outro não se limita apenas ao público-alvo, mas também a todos os atores envolvidos no processo de criação do novo modelo. Ao se despojar de conceitos forjados na educação presencial, educadores e alunos enfrentam a difícil tarefa de elaborar novos conceitos numa perspectiva bastante diferente.

No entanto, algumas práticas comuns ao ensino presencial ainda são difíceis de enquadrar na perspectiva a distância, tais como os momentos presenciais dos cursos. É o caso do estágio supervisionado. Sendo um momento presencial no curso a distância sua implementação, muitas vezes, se torna conflituosa, em decorrência da concepção dos atores envolvidos sobre essa modalidade de educação. As contradições que envolveram a implantação do Estágio Supervisionado no curso a distância de Pedagogia, da Unirio, e o desafio de propor uma nova prática para EAD serão tratados a seguir.

### 3 O Estágio Supervisionado no PAIEF: propostas para a realização a distância

O Estágio Supervisionado no ensino superior e médio é regido pela lei n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977<sup>5</sup>, regulamentada pelo decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982<sup>6</sup>. Este decreto afirma, em seu Art. 4º, que

As instituições de ensino regularão a matéria contida neste Decreto e disporão sobre:

- a) inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógica;
- b) carga-horária, duração e jornada de estágio curricular, que não poderá ser inferior a um semestre letivo;
- c) condições imprescindíveis para caracterização e definição dos campos de estágios curriculares, referidas nos §§ 1º e 2º do artigo 1º da lei nº. 6.494, de 07 de dezembro de 1977;
- d) sistemática organização, orientação, supervisão e avaliação de estágio curricular.

Pelo fato de esse decreto regulamentar, de uma forma geral, o estágio, constitui também uma base para pensá-lo no ensino a distância, ou seja, as diretrizes para o estágio curricular tanto no presencial quanto na modalidade a distância devem ser regulamentadas pela instituição de ensino com base no conteúdo do decreto 87.497. Desse modo, podemos afirmar que o estágio formulado para os cursos a distância deve ser elaborado sem perder de vista a mesma legislação que rege a educação presencial. Por outro lado, a EAD vem-se consolidando aos poucos no cenário do país, legitimando-se por meio de legislação própria. Entretanto, os diplomas legais produzidos não ferem a legislação vigente e consolidada para a educação presencial; ao contrário, nela se apóiam.

<sup>5</sup> A Lei nº. 6.494 recebeu nova redação dada pela HYPERLINK <<http://www10.datasprev.gov.br/sislex/paginas/42/1994/8859.htm>> Lei nº 8.859 - de 23 de março de 1994 - DOU de 24/03/94.

<sup>6</sup> O Decreto nº 2.080, de 26 de novembro de 1996 deu nova redação ao Art. 8º do Decreto n. 87.497, de 18 de agosto de 1982, que regulamenta a Lei n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo. Desta forma manteve-se em vigor o restante do Decreto n. 87.497.

A  
R  
T  
I  
G  
O  
S

7 Os pólos são unidades com infra-estrutura física e logística adequadas ao funcionamento dos laboratórios de Química, Física, Biologia e Informática, bem como espaços destinados a encontros presenciais, sessão de tutoriais, realização de avaliações periódicas, reuniões e eventos acadêmicos. Alguns municípios apresentam, além do pólo, um posto avançado, que tem por objetivo atingir municípios menores que se situam em regiões adjacentes ao pólo.

8 Ainda não foi possível trabalhar com a Escola Parceira.

Na legislação de EAD, o estágio ganhou força com o Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta o Art. 8º da Lei nº 9.394 (LDB). Segundo esse decreto (Art. 1º; § 1º), o estágio é obrigatório e faz parte da carga horária presencial. Senão, vejamos:

§ 1º A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a “obrigatoriedade de momentos presenciais para:”

I – avaliações de estudantes;

II – “estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente” (grifo nosso).

Nesse sentido, percebemos o diferencial do estágio em relação às disciplinas do curso: ele tem caráter obrigatoriamente presencial e, por isso, exige-se a elaboração de uma proposta de trabalho específica e adequada à nova realidade de estágio na modalidade EAD. O Estágio Supervisionado não é uma disciplina isolada, e sim um componente curricular que se caracteriza como atividade estratégica na formação do educador ou de qualquer outro profissional.

O Estágio no Paief/Unirio está estruturado em três planos integrados que envolvem três instituições: universidades, pólos regionais<sup>7</sup> e escolas parceiras<sup>8</sup>. Tais planos, assim estruturados, promovem as atividades pedagógicas de cunho interdisciplinar, que constituem a realização do estágio propriamente dito.

O Paief/Unirio realizou seu primeiro vestibular, realizado em 2003, para entrada no segundo semestre do mesmo ano. O estágio foi oferecido, pela primeira vez, no segundo semestre de 2004, um período após o recomendado para sua oferta, segundo a estrutura curricular do curso. Foi preciso atender à demanda de dois períodos. Tínhamos o terceiro e o segundo períodos congregados numa só oferta de estágio para garantir que o aluno cumprisse sua

trajetória acadêmica no período previsto para a integralização do curso (três anos e meio). Nesse semestre, o estágio seguiu a risca o formato previamente estabelecido pelas propostas curriculares de avaliação previstas e em andamento no consórcio. Não haveria tempo hábil para qualquer alteração sem que se corressem severos riscos para garantir o bom andamento do projeto, ou seja, o estágio no formato de uma disciplina com avaliações a distância (ADs – Atividades do Estágio) e presenciais (APs – Prova de Estágio), aliado à forma de elaboração e com pesos semelhantes aos de uma disciplina<sup>9</sup>. Havia ainda uma AP 3 – uma avaliação final destinada àqueles que não atingissem média suficiente para aprovação.

O projeto elaborado para a autorização do curso pelo Ministério da Educação (MEC) contemplava a avaliação do desempenho dos alunos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2001)<sup>10</sup>. Nele foi estabelecido que a avaliação de uma disciplina deveria ser composta de, no mínimo, duas Avaliações a Distância (AD), duas Avaliações Presenciais (AP) e, quando necessário, uma Avaliação Suplementar Presencial para o aluno que não obtivesse nota suficiente à aprovação (seria ASP, mas foi alterada no cotidiano para AP3).

As ADs foram definidas com um caráter formativo, e compunham-se, de acordo com a essência da disciplina, de trabalhos enviados aos pólos pelos tutores a distância, convertendo-se em exames a distância.

As APs são avaliações somativas, realizadas nos pólos regionais, devendo ocorrer em dias e horários preestabelecidos, no período de avaliações presenciais definido pelo CEDERJ, sendo duas por semestre letivo.

Entretanto, o projeto pedagógico não definiu um sistema próprio de avaliação dos outros componentes curriculares: estágios e Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ter sido oferecido somente no terceiro período para a primeira turma, havia o dobro de alunos previstos para o trabalho naquele semestre letivo. A equipe de Estágio, à época formada pela coordenadora e duas tutoras, pas-

<sup>9</sup> Nas disciplinas o peso é 2 para ADs e 8 para APs.

<sup>10</sup> O detalhamento acerca do sistema da avaliação do Paief está registrado em seu Projeto Pedagógico (2001, mimeo).

11 A Unirio atende a pólos localizados em municípios do interior do estado com baixa renda *per capita*, como São Francisco de Itabapoana, que possuiu um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. A maioria dos nossos alunos não tem acesso à internet em casa, necessitando fazer uso desse serviço nos pólos.

12 Primeiro documento criado pela equipe de estágio I dirigido aos tutores presenciais que consistia em responder as dúvidas mais recorrentes de tutores e alunos, que não tinham no material didático maiores esclarecimentos sobre a inovação de um estágio a distância.

13 A avaliação formativa foi proposta para ser executada pelos tutores presenciais juntos aos alunos, para avaliar o seu desempenho do transcorrer do semestre letivo. Tinha como categorias de análise a autonomia do aluno, o número de acessos à plataforma, a freqüência às sessões de tutoria no pôlo, entre outros pontos a serem considerados na avaliação.

14 Hoje o “Kit-Estágio” é composto de documentos como as diretrizes, instruções para preparação das avaliações, chaves de correção, fórmula de avaliação (uma vez que é diferente das disciplinas) e perguntas mais freqüentes (tira-dúvidas específico para os alunos).

sou por um semestre difícil e atribulado. O formato do Estágio não atendia às exigências do curso e ao perfil da clientela dos pólos atendidos pela Unirio<sup>11</sup>. Podemos mencionar, como dificuldades enfrentadas, o atraso na realização das tarefas de estágio por falta da carta de apresentação dos estagiários; exigência de atividades que não se ajustavam à realidade local (*clipping* em cidades aonde não chegavam jornais); elaboração de prova para o estágio, entre outros percalços.

Aos poucos, a equipe foi superando os problemas e abrindo espaços para reflexão sobre a natureza do estágio na EAD. Uma das medidas adotadas, a criação do Tira-dúvidas<sup>12</sup>, ainda no primeiro semestre contribuiu para dar início a uma série de mudanças.

O segundo semestre de oferta do estágio foi marcado por grandes alterações implementadas em conjunto com o Estágio Supervisionado 2. A decisão de transformar o “estágio-disciplina” em “estágio-componente curricular” fora tomada, implicando a adoção de medidas decisivas para todos. O ponto crucial de mudança pelo qual se tem lutado até hoje, foi a avaliação. A tabela de avaliação formativa do aluno<sup>13</sup> preenchida pelo tutor presencial foi abolida, sendo substituída pela média das duas ADs que tinha caráter formativo e era corrigida pelo tutor presencial. Outra mudança se deu no peso das avaliações, as ADs passaram a receber peso 4, e as APs, peso 6, valorizando-se mais as atividades direcionadas para essas avaliações. Além disso, foram elaborados documentos que imprimissem legitimidade ao estágio e oferecessem maior orientação a todos os atores envolvidos. Dessa forma, aos poucos e ouvindo-se diretores de pôlo, tutores presenciais e alunos, os novos documentos foram produzidos e passaram a fazer parte da rotina do estágio. O primeiro foi o Registro de Estágio, documento que comprova a realização do estágio pelo aluno. No intuito de tornar mais fácil e acessível aos alunos o conjunto de documentos e orientações, denominamos o material produzido pela equipe de “Kit-Estágio”<sup>14</sup>, incluindo as avaliações e seus critérios de correção,

essa foi a estratégia encontrada para diminuir os imprevistos. Ao iniciar o semestre, os alunos têm acesso a todas as informações necessárias. Todo o material é disponibilizado a eles e aos tutores presenciais na primeira semana do período letivo.

O terceiro semestre marcou a virada do estágio, que deixou de ser tratado como disciplina. As provas foram abolidas e, com isso, as denominações das avaliações ganharam novas nomenclaturas<sup>15</sup>. Duas avaliações mantiveram a exigência de serem entregues pessoalmente no pólo, em data previamente determinada, sendo necessária a assinatura do aluno em folha de presença. O reconhecimento do novo desenho curricular para o Estágio foi aos poucos, sendo consolidado. A mudança de nomenclatura foi bastante significativa para esse fato, pois teve um peso simbólico muito grande. Como resultado dessa modificação, as “provas” de estágio deixaram de ser incluídas no calendário oficial do curso, disponível na plataforma, ao lado das datas de realização das avaliações das disciplinas. Também se criou o documento Cadastro de Estagiário carimbado e assinado pela direção da escola que deveria ser entregue à coordenação do Estágio, no início do semestre. Com esse documento foi possível verificar se a escola estava de acordo com os critérios previstos<sup>16</sup>.

A essa altura, os Estágios de 1 a 5 já estavam se desenvolvendo, e as equipes se encontravam para discutir as mudanças, sob a orientação geral de uma coordenadora. Essa discussão coletiva muito contribuiu para uniformizar as ações do grupo e dar uma diretriz para o estágio como um todo.

No primeiro semestre de 2007, foi possível eliminar a Avaliação Final (que correspondia à antiga AP3), por considerarmos que essa avaliação funcionava como “recuperação” para o Estágio, e esse tipo de estratégia não se aplicava a tal componente curricular.

Seguindo a trajetória de mudanças, no segundo semestre de 2007, reduzimos o número de avaliações para duas: um relatório parcial das atividades e outro final. Concentramos a correção dos relatórios na coordena-

<sup>15</sup> As avaliações correspondentes às ADs, chamam-se 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> avaliações, aquelas correspondentes às APs, de 2<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> avaliações e a AP 3, Avaliação Final.

<sup>16</sup> Entre os critérios temos: escolas que tenham o primeiro segmento do ensino fundamental – CA a 4<sup>a</sup> série – e localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> Deve-se esclarecer que no Consórcio estão incluídos outros cursos de Licenciaturas que tiveram sua parcela pedagógica tratadas em comum com o conjunto dos demais cursos. A proposta de Escola Parceira, inicialmente elaborada para todos os cursos a distância do Consórcio CEDERJ, incluía as escolas que acolheriam os estagiários e pressupunha uma parceria com as secretarias de educação. Os tutores presenciais e professores supervisores (remunerados) acompanhariam o aluno na realização do estágio. Entretanto, no caso do curso de Pedagogia a proposta de Escola Parceira não funcionou por diversos motivos que não discorremos neste trabalho. Atualmente no Paief/Unirio, o aluno determina a escola de estágio que é adicionada à relação de escolas de estágio do Pólo.

ção, contando com o trabalho efetivo das tutoras a distância e, dessa forma, diminuímos o viés de subjetividade que inegavelmente existe na correção, ainda que se tenha clareza dos critérios a serem avaliados.

O trabalho de coordenação foi dinamizado com a promoção de Encontros de Estágios de toda a equipe (presencial e a distância), além das visitas específicas aos pólos. Essa iniciativa possibilitou maior integração entre a equipe de Estágio, diminuindo, aos poucos, a distância entre pólos e Universidade.

Mudança maior se operou na documentação do aluno a partir de 2007, quando elaboramos um Termo de Compromisso, que fundiu os antigos documentos – Registro de Estágio e o Cadastro do Estagiário – e os substituiu. Agora, há obrigatoriedade de, no início do semestre, o aluno apresentar esse documento à coordenação do estágio sob, o risco de ter sua matrícula cancelada. Assim, para realizar suas atividades no estágio, o aluno deve ser previamente autorizado a efetivá-lo. Outras questões atualmente têm sido discutidas pelo grupo, para garantir, cada vez mais, que esse componente curricular cumpra o objetivo de associar teoria a prática. Por exemplo, além da avaliação, estudamos também a implementação de Escolas Parceiras<sup>17</sup>, o que proporcionará maior facilidade na entrada do aluno-estagiário em seu campo de estágio, eliminando os entraves que, sabemos perfeitamente, se apresentam a todo e qualquer estagiário.

#### 4 Considerações finais

Sem ter por pretensão apresentar conclusões definitivas, queremos refletir sobre nossa própria prática, em um movimento circular de ir à realidade com a ferramenta da teoria, mas buscando trazer dessa experiência o que pode retroalimentar a teoria, ao revisitá-la. Foi e tem sido esse o exercício que rea-

lizamos na tentativa de enfrentar o novo que se configura e, constantemente, se reconfigura nas práticas de EAD.

No entanto, o mesmo movimento de construção não se efetiva ou, pelo menos, não deveria efetivar-se para a prática presencial? Se quisermos o trabalho mais dinâmico e de qualidade, não é também o mesmo exercício que executamos? Não nos estaríamos protegendo por meio de uma grande resistência, que ainda nos acompanha e que teimamos em negar ou omitir? Será que insistimos em endossar a idéia de que:

A EAD carrega o fardo e as consequências da promoção de políticas fadadas ao fracasso, a nódoa do período tecnicista na educação e da sua utilização em projetos educacionais durante o período da ditadura, que lhe confere o *status* de uma educação de segunda categoria para substituir o que o Estado não garantiu em tempo e condições adequadas [...] (ARAUJO; HORA, 1998, p. 20).

Temos a impressão de que reeditamos, em EAD, aquilo que reproduzimos no presencial na procura incessante por um “porto seguro”. Estamos ávidos por muletas que nos facilitem a caminhada. A metáfora do porto seguro, desenvolvida por Japiassu (1983) para defender uma Pedagogia da Incerteza, ajuda-nos a pensar em quanto investimos na busca do mito da certeza, das “verdades” científicas ou filosóficas, quando o que temos de real é a incerteza, na sua potencialidade que nos impulsiona para o conhecimento. Trabalhamos em educação em geral e, em especial, na superior, presos a um dogmatismo paralisante. Os dogmas do pensamento científico, expostos por Japiassu, mantêm-nos aprisionados, cristalizados em idéias antigas, impedidos de pensar. E não é diferente, seja para o presencial, seja para a modalidade a distância.

Despojados de preconceitos, livres das amarras e sem um porto seguro, consideramos que a vivência do Estágio Supervisionado é de extrema impor-

tância para o processo de ensino e aprendizagem do aluno, especialmente se for do curso de Pedagogia. Nessa etapa, ele tem a oportunidade de utilizar seu conhecimento acadêmico em situação de prática profissional, além de, nos casos em que já exerce o magistério, ter a oportunidade de refletir sobre a sua própria prática e a escola em que atua.

Entretanto, definir as estratégias e os critérios para a realização do estágio supervisionado representa um desafio. Na modalidade presencial, as dificuldades já são inúmeras e na EAD, ainda maiores. Assim, acreditamos que o aprofundamento dos debates acerca do Estágio Supervisionado só enriquece nossa experiência em EAD. Os desafios são verdadeiras provocações que aguçam e suscitam nossa capacidade de pensar o diferente, em espaços e tempos também diferentes. Estamos diante de enfrentamentos e de tentativas para fazer, na modalidade de EAD, aquilo que já é portador de grande complexidade no presencial: o estágio.

É evidente que, ao levantarmos questões relativas ao estágio, reportamo-nos também a outras que envolvem todo o processo educativo, como alguns aspectos do ensino presencial e das disciplinas do curso a distância. Emergem desse embate questionamentos que põem em xeque até mesmo a pertinência dessa modalidade de educação para a formação inicial na educação superior que se efetiva nos cursos de graduação. Enfim, no processo da EAD, o Estágio Supervisionado, como um componente curricular de natureza presencial, é um ponto nevrálgico. Por outro lado, considerando as contradições que permeiam esse processo, pode também representar o ponto de partida para ampliar as mudanças nas formas de acesso e permanência na educação superior. O debate sobre a proposta de educação superior, pela via da EAD, revela-se constante por detrás da discussão do estágio. A experiência do estágio supervisionado terminou por servir de pano de fundo, foi o ponto de partida, o terreno de onde trouxemos nossas experiências e tecemos nossas reflexões.

## THE CONSTRUCTION OF A PROPOSAL FOR A SUPERVISED PERIOD OF TRAINING IN DISTANCE WAY OF EDUCATION

The present paper has the intention to cause people to think about the implementation of the curricular training in an innovative course that faces the challenge of offering public superior education in the distance type. Distance Education has been increasing in Brazil and throughout the world, but in Brazil, despite its historical significant path, it is still in a consolidation process in a specific knowledge field. Within this context, an important issue becomes relevant: supervised training is a presential via in distance education and therefore is a core point within this process. How to implement it? How to guarantee its effectiveness? These are the questions that the present paper stands over. Having the acquired experience as present coordinator and tutors of the Supervised Internship, we believe that the present paper could help for the course's enhancement, stimulate a higher reflection about the subject and contribute to a reconsideration of the Distance Education in the Brazilian Educational System.

**KEY WORDS:** Distance Education. Distance training. Supervised training.

ARTIGOS

## Referências

- ARAUJO, D. S. S; HORA, D. M. Educação a distância: uma polêmica antiga. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 141, p.18-25, abr./mai./jun. 1998.
- AZEVEDO, W. *Panorama atual da educação a distância no Brasil*. Disponível em: <<http://www.newtonpaivavirtual.br/texto19.pdf>>. Acesso em: 1º nov. 2006.
- BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BRASIL. Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 1º nov. 2006.

BRASIL. Decreto 87.497, de 18 de agosto de 1982. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/d87497.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/d87497.htm)> Acesso em: 1º nov. 2006.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sead/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 1º nov. 2006.

ECHEVERRÍA, J. *Telépolis*. Barcelona: Destino, 1994.

FAGUNDES, L. Educação a distância e as novas tecnologias. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 132/133, dez. 1996.

JAPIASSU, H. *A pedagogia da incerteza*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

NUNES, I. B. Educação a distância e o mundo do trabalho. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 179, p. 73-78, jul./ago. 1992.

NEVES, C.M. C. Critérios de qualidade para a educação a distância. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 141, p. 13-17, abr./mai./jun. 1998.

O GLOBO ON-LINE (Rio de Janeiro). *Um país movido a lenha*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/04/16/295375426.asp>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (Comp.). *Pedagogia - Licenciatura para os anos iniciais do ensino fundamental*. Rio de Janeiro, 2001. 178 p. (mimeo).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - MEC (Brasil). *Universidade aberta do Brasil*. Disponível em: <<http://www.uab.mec.gov.br/infogerais.php#01>>. Acesso em: 23 abr. 2007.

Recebido em 20 abr. 2008 / aprovado em 18 jun. 2008.

#### Para referenciar este texto

HORA, D. M.; GONÇALVES, R. R.; COSTA, W. da. A construção de uma proposta para o Estágio Supervisionado na modalidade a distância. *EccoS*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 125-142, jan./jun. 2008.